



A NOVA ESTRUTURA DA ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA – AMB

Sidnei Beneti

Diretor-Presidente da ENM, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo

Com a nova gestão da AMB, alterou-se a estrutura da Escola Nacional da Magistratura. Elaborado Projeto de Estudos pela Diretoria Cultural, a cargo do Vice-Presidente Cláudio Baldino Maciel, “Cadico”, estreitou-se a conexão com os órgãos da AMB. Indicado pelo anterior Diretor, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, fui nomeado Diretor Presidente. Em seguida, por minha indicação, foram nomeados os Diretores Adjuntos de cada área: Marco Antônio Marques da Silva (Justiça Estadual), Vladimir Passos de Freitas (Justiça Federal), Douglas Alencar Rodrigues (Justiça do Trabalho) e Getúlio Corrêa (Justiça Militar). Na Secretaria Geral prossegue a Ministra Fátima Nancy Andrich e para a Tesouraria foi nomeado o Juiz Carlos Eduardo Donegá Morandini. Coordenadores de área, vindos da gestão anterior ou novos, foram designados.

O objetivo inicial é a organização administrativa da ENM, passo importante no sentido do avanço da bandeira da institucionalização do trabalho de formação e aperfeiçoamento de Magistrados, a que foram sensíveis os projetos de Reforma do Poder Judiciário.

A inauguração da Sede da Escola em Brasília, no dia 26 de junho, é decisiva na mudança das bases administrativas do trabalho. Instalou-se o Conselho da Escola, constituído, como membros natos, de todos os Diretores de Escolas da Magistratura do país e dos Ex-Diretores da Escola Nacional da Magistratura.

Novas diretrizes da Escola, visando a mais estreita entrosagem com o trabalho da AMB, especialmente a Diretoria Cultural, a que ligada, e à viabilização participativa de todos os segmentos da Magistratura em seus eventos nacionais e internacionais assume especial relevância. O desenvolvimento dos trabalhos mostrará as novas características da Escola, no prosseguimento do trabalho

realizado durante as administrações anteriores.

Trabalho em conjunto com todos os órgãos componentes do tecido da Magistratura nacional: Tribunais do país, Escolas de Magistratura, e entidades de classe. Oportunidades de participação dos Magistrados, cada vez mais, de todas as atividades nacionais e internacionais. Atuação em parceria com entidades públicas e privadas, dispostas a contribuir para o aprimoramento científico dos setores do direito e da Administração da Justiça – mantendo-se, inclusive, quando necessá-

rio, à ausência de fundos públicos ou institucionais, o sistema de recebimento de patrocínio, comum a todas as atividades científicas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, divulgados com transparência e clareza.

E sempre impulsionando o trabalho de institucionalização da formação e aperfeiçoamento da Justiça, o qual, sem o trabalho até agora realizado pela Escola Nacional da Magistratura, jamais teria alçado à condição de anseio nacional a ponto

de inserir-se em todos os Projetos de Reforma do Poder Judiciário.

A ENM conta com a soma dos esforços de todos os Magistrados, funcionários e demais operadores da Justiça, para a realização de um bom trabalho. Os frutos do trabalho serão sentidos no futuro. Trabalhamos no serviço judiciário com instrumental que nos envergonha pelo atraso ante a evolução tecnológica e jurídica do mundo. Mas havemos de plantar as bases da modernização da Justiça por intermédio da formação e aperfeiçoamento do mais importante de seus agentes, que é o Juiz. Trabalhamos não no interesse do uso próprio, pois a melhoria muitas vezes é retorno lento. Mas trabalhamos seguros de que colaboramos para a construção de um novo sistema de Justiça em prol do nosso povo e é isso que dá força de não esmorecer na luta.

Os frutos
do trabalho
serão
sentidos no
futuro.